

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

RAYANE FERRON DE SOUZA

QUEM SÃO OS NÚMEROS?

**UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL**

VITÓRIA

2023

RAYANE FERRON DE SOUZA

QUEM SÃO OS NÚMEROS?

**UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ednelson Mariano Dota

VITÓRIA

2023

RAYANE FERRON DE SOUZA

QUEM SÃO OS NÚMEROS?

**UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ednelson Mariano Dota

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Douglas Christian Ferrari de Mello
(Departamento de Educação, História e Sociedade - UFES)

Me. Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira
(Doutoranda PPGG/UFES)

VITÓRIA

2023

RESUMO

Apropriando-se do modelo social da deficiência e das contribuições da crítica feminista a este modelo, o principal objetivo desta pesquisa é identificar em que medida a deficiência está ligada às desigualdades socioeconômicas, por meio de uma análise espacial e demográfica. A partir dos dados fornecidos pela Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 e pelo Estudo sobre Pessoas com Deficiência e Desigualdades Sociais no Brasil (2022) realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, foram comparados domicílios com e sem a presença de pessoas com deficiência de 2 anos ou mais de idade através da elaboração de mapas, tabelas e gráficos dos indicadores de desocupação e participação no mercado de trabalho, grau de instrução e escolaridade, assim como, os dados sobre renda e moradia, uma vez que essas variáveis se mostram mais sensíveis para retratar as condições de vida das famílias. Buscou-se ainda investigar a influência de um indicador sobre outro, no sentido de que, o nível de instrução pode intervir no acesso ao mercado de trabalho, que por conseguinte pode intervir na renda e nas condições de moradia. Para esta pesquisa em alguns momentos fez-se necessário aprofundar a discussão sobre trabalho, capacitismo e envelhecimento, assim como, foi realizado um debate de cunho conceitual, optando-se pelo uso amplo das terminologias associadas às pessoas com deficiência, sempre considerando os termos e conceitos que consideram a deficiência como um dispositivo de justiça social. Apesar das múltiplas contribuições possíveis em escala espacial e demográfica, tentou-se romper com a falta de pesquisas acadêmicas sobre a deficiência no âmbito da Ciência Geográfica.

Palavras-chave: Demografia. Desigualdades Socioeconômicas. Indicadores Sociais. Pessoas com Deficiência.

ABSTRACT

Appropriating the social model of disability and the contributions of feminist criticism to this model, the main objective of this research is to identify the extent to which disability is linked to socioeconomic inequalities, through spatial and demographic analysis. With the data provided by the 2019 National Health Survey and the Study on People with Disabilities and Social Inequalities in Brazil (2022) carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, households with and without the presence of people with disabilities were compared. 2 years of age or older through maps, tables and graphs of unemployment indicators and participation in the labor market, level of education and schooling, as well as data on income and housing, since these variables are shown to be more sensitive to portray the living conditions of families. We also sought to investigate the influence of one indicator on another, in the sense that the level of education can intervene in access to the labor market, which, consequently, can intervene in income and housing conditions. At times, it was necessary to deepen the discussion on work, ableism and aging, as well as the conceptual debate, which in this work opted for the broad use of terminologies associated with people with disabilities, always considering the terms and concepts that consider disability as a device of social justice. Despite the multiple possible contributions on a spatial and demographic scale, attempts have been made to overcome the lack of academic research on disability in the field of geography.

Keywords: Social Indicators. Socioeconomic Inequalities. Disabled people. Demography.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 - Distribuição espacial das pessoas com 2 anos ou mais de idade com deficiência, por Unidades da Federação - 2019.....	29
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição percentual das pessoas com 2 anos ou mais de idade, total e com deficiência, segundo a idade - Brasil - 2019.....	30
Gráfico 2 - Distribuição percentual das pessoas de 18 anos ou mais de idade, com e sem deficiência, segundo o tipo de deficiência, por nível de instrução - Brasil - 2019.....	32
Gráfico 3 - Escolas com infraestrutura adaptada para alunos com deficiência (%).....	33
Gráfico 4 - Taxa de conclusão do ensino médio das pessoas de 20 a 22 anos de idade, por sexo e condição de deficiência (%) - 2019.....	34
Gráfico 5 - Taxa de participação no mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição de deficiência (%) - 2019.....	37
Gráfico 6 - Proporção de pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência, segundo o rendimento domiciliar <i>per capita</i> - Brasil - 2019.....	39
Gráfico 7 - Pessoas, por classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i> , segundo os tipos de deficiência (%) - 2019.....	40
Gráfico 8 - Pessoas, por características selecionadas do domicílio, segundo os tipos de deficiência (%) - 2019.....	42
Gráfico 9 - Pessoas, por deficiência, segundo a presença de alguns bens duráveis no domicílio e acesso à Internet no domicílio (%) - 2019.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pessoas de 2 anos ou mais de idade por tipo de deficiência (Mi pessoas) - 2019...	31
Tabela 2 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo os tipos de deficiência - 2019.....	36
Tabela 3 - Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas e rendimento médio de todos os trabalhos, por condição de deficiência, segundo os grupos de atividade - 2019.....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 - PESSOA COM DEFICIÊNCIA? DEFICIENTE? CAPACITISMO.....	12
2 - COMO SABEM QUE EU SOU DEFICIENTE?.....	21
3 - TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI?	28
4 - CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

A deficiência e o corpo deficiente são tomadas como categoria de análise das ciências sociais a partir da década de 70, com o surgimento do modelo social da deficiência, onde a deficiência é entendida como resultado da opressão social. Posteriormente a crítica feminista ao modelo social considerou as subjetividades do corpo e atribuiu ao capitalismo a opressão vivida pelas pessoas com deficiência, estes vieses surgem em oposição ao até então predominante modelo biomédico, que entende a deficiência como patologia, sendo condição individual do sujeito.

As informações reveladas pelos grandes bancos de dados como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) fornecem recursos aos cientistas, em especial aos geógrafos, para que através das diferentes análises (quantitativa, demográfica e espacial) seja possível a interpretação dos fenômenos em escala qualitativa. Apesar dos poucos trabalhos encontrados a partir do levantamento bibliográfico sobre deficiência nas ciências sociais, com destaque para escassa produção na geografia, esse campo do saber possibilita a compreensão de aspectos que dificilmente são revelados por outras ciências, pois mediante ao olhar geográfico, que é aquele que explica a origem da diversidade das formas, das características e da variedade dos lugares, das plantas, dos animais e dos homens (GOMES, 2012), sendo assim, a deficiência um tema abrangente e geográfico.

O aprimoramento das metodologias utilizadas pelos bancos de dados brasileiros estão em consonância com as recomendações internacionais do Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência. A evolução metodológica das pesquisas que contemplam pessoas com deficiência é resultado da luta por igualdade de direitos, mas esbarram em dois grandes debates atuais: o conceitual, que vem ocupando considerável número de pesquisadores e ativistas sobre qual o termo mais adequado para se referir às Pessoas com deficiência (neste trabalho, a terminologia utilizada será ampla, sempre considerando os termos e conceitos que consideram a deficiência como dispositivo de justiça social).

Outro importante debate refere-se aos parâmetros/critérios utilizados para considerar uma pessoa deficiente ou não deficiente, em uma clara crítica aos padrões de normalidade, que entre suas conquistas, possibilitou considerar como pessoa com deficiência, aquelas que

possuam limitações nas funções mentais, intelectuais ou físicas provocadas por doenças crônicas e pelo envelhecimento.

Apesar dos avanços nos debates e nas metodologias utilizadas para obter dados sobre a deficiência ainda é necessário a ampliação dos questionários sobre o tema, atribuindo maior quantidade de indicadores para analisar este público, fazendo com que seja possível conhecer fielmente as condições de vida das pessoas com deficiência com o objetivo de diminuir ao máximo as desigualdades e as barreiras físicas e sociais.

No Brasil, a multiplicidade de abordagens possíveis na pesquisa sobre deficiência se mostra nos autores citados a seguir: Débora Diniz (2004; 2007) tem se debruçado em explicar a deficiência a partir de seu contexto histórico, enquanto Regina Cohen (2006) debate a deficiência pelos aspectos sociais, culturais e ambientais. Emerson Augusto Baptista (2009, 2013) pesquisou a população de deficientes no Estado de Minas Gerais pela abordagem espacial e demográfica. Michele Pinto de Lima (2013) e Kalinca Léia Becker (2019) estudam o impacto da deficiência no mercado de trabalho. Maíra Bonna Lenzi (2012) analisa os dados sobre deficiência obtidos nos censos demográficos, enquanto autoras como Célia Szwarcwald (2014) e Sheila Stopa (2020) esclarecem os métodos e as aplicações da Pesquisa Nacional de Saúde. Paulo de Martino Jannuzzi (2017) contribui na identificação das funções e utilidades dos indicadores sociais. É importante destacar que a maior parte das produções sobre deficiência estão na educação, em trabalhos que se dedicam a fornecer metodologias e recursos de inclusão e integração escolar.

Neste trabalho, busca-se analisar os dados relacionados às pessoas com deficiência disponibilizados pela Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 - PNS 2019 e do estudo sobre Pessoas com Deficiência e desigualdades sociais no Brasil de 2022, ambas pesquisas realizadas pelo IBGE. Como principal objetivo, pretende-se identificar em que medida a deficiência está ligada às desigualdades socioeconômicas, considerando os indicadores de desocupação e participação no mercado de trabalho, grau de instrução e escolaridade, assim como, os dados sobre renda e moradia, uma vez que essas variáveis se mostram mais sensíveis para retratar as condições de vida das famílias. As variáveis serão analisadas na ordem descrita acima, pois busca-se investigar a influência de um indicador sobre outro, no sentido de que, o nível de instrução pode intervir no acesso ao mercado de trabalho, que por conseguinte pode intervir na renda e nas condições de moradia. Ao final das análises será possível indicar ou não se tal raciocínio possui fundamento.

1 - PESSOA COM DEFICIÊNCIA? DEFICIENTE? CAPACITISMO?

A evolução e o aprofundamento do debate científico sobre deficiência no campo das ciências humanas e sociais, vem se intensificando desde o surgimento dos primeiros estudos no Reino Unido em 1970, tais discussões tiveram sua síntese na crítica ao modelo médico de compreensão da deficiência que a considerava uma consequência natural da lesão em um corpo, e a pessoa deficiente deveria ser objeto apenas de cuidados médicos, em oposição a essa visão do corpo deficiente, sociólogos desenvolveram o modelo social da deficiência, que enxerga a deficiência como fruto da opressão social, se para o modelo médico a lesão leva a deficiência, para o modelo social os sistemas sociais levam a exclusão dos sujeitos por meio das barreiras. O modelo social da deficiência foi revigorado com a crítica feminista que entre suas principais contribuições considerou a experiência da opressão pela deficiência como resultado da ideologia capitalista (DINIZ, 2007)

Com o surgimento do debate sobre deficiência originou-se no campo da medicina e recentemente (1970) tornou-se objeto de estudos das ciências humanas e sociais, é possível identificar em revisão teórica que esse novo campo de análise dos corpos deficientes têm se debruçado sobre as barreiras terminológicas, em um debate sobre o/os termos mais adequados para se referir às pessoas com deficiência (ALMEIDA, 2021; ALVES; GUIMARÃES, 2015; BAPTISTA; RIGOTTI, 2009, 2013; MEDEIROS; DINIZ, 2004, 2007).

Na geografia brasileira os trabalhos referentes à deficiência discorrem, em grande parte, no âmbito da demografia, com análise dos grandes bancos de dados sobre a distribuição espacial dos sujeitos deficientes. Esses estudos são possíveis devido a ampliação do espaço que o tema tem alcançado nos Censos Demográficos, na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), é importante ressaltar que diferentemente dos primeiros levantamentos demográficos, atualmente os dados coletados pelas pesquisas citadas tendem a compreender a deficiência a partir do modelo social, com informações mais detalhadas, quando comparadas às primeiras edições dos levantamentos.

A Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) define em seu artigo segundo que

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Esses aprimoramentos metodológicos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, estão em harmonia com as recomendações internacionais referendadas pelo Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência (Washington Group on Disability Statistics - WG)¹, são fruto da luta pelo direito de estar no mundo em suas mais diferentes formas corporais (DINIZ, 2007) e pela atualização do conceito de deficiência utilizados nos levantamentos, passando a utilizar perguntas que consideram a existência de dificuldades ou não para a captação dos tipos de deficiência, como por exemplo, “tem dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus, mesmo usando prótese, bengala ou outro aparelho de auxílio? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade)”, com as seguintes opções de respostas:

1. Não, nenhuma dificuldade;
2. Sim, alguma dificuldade;
3. Sim, muita dificuldade;
4. Sim, não consegue de modo algum (IBGE, 2022).

Nota-se que as opções de respostas acima são capazes de incluir quem nasceu ou adquiriu alguma lesão ao longo da vida, assim como, também inclui as pessoas que devido às limitações possíveis de ocorrer no processo de envelhecimento podem ser consideradas deficientes (MEDEIROS; DINIZ, 2004).

Diniz (2007) justifica que a deficiência é pouco explorada pelas ciências sociais brasileira por conta de suas raízes biomédicas, mas principalmente devido ao ângulo que considera a deficiência como tragédia pessoal, e não como uma questão de justiça social. O resultado desse déficit de estudos seria o bloqueio em reconhecer a deficiência como estilo/modo de vida, além da dificuldade do reconhecimento que tais sujeitos necessitam de cuidados médicos, da mesma maneira que necessitam de ações de reparação das desigualdades.

Em sua obra Débora Diniz (2007) realiza um apanhado histórico do surgimento do modelo social da deficiência e as principais críticas vinculadas a ele, tomando o sociólogo britânico

¹ O Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência foi formado em 2001, por iniciativa das Nações Unidas, com o propósito de orientar a coleta de estatísticas confiáveis e úteis sobre a deficiência. Dele participam representantes de órgãos oficiais de estatística, inclusive o IBGE, organismos internacionais, associações e as Academias.

Paul Hunt como um dos principais precursores do modelo social da deficiência, a obra de maior impacto de Hunt foi uma carta enviada ao jornal inglês *The Guardian*, em 20 de setembro de 1972, onde se opunha às decadentes instituições totalitárias destinadas às pessoas com deficiência, e propôs a criação de um grupo de deficientes buscando projetar ao parlamento inglês as perspectivas e ideias das pessoas com deficiência. Tal obra fez surgir a primeira organização política de deficientes, chamada de Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (Upias), junto com Paul Hunt, outros sociólogos como Michael Oliver, Paul Abberley e Vic Finkelstein, todos deficientes, compuseram a formação inicial da Liga, o objetivo principal era redirecionar o conceito de deficiência passando a ser entendido como resultado da opressão social, se igualando a opressão sofrida por outros grupos minoritários.

A primeira problemática teórica da Liga foi em torno da definição de quem seria considerado deficiente para o modelo social, tal debate levou a separação radical entre os conceitos de lesão e deficiência, onde a lesão seria resultado das ações biomédicas no corpo, enquanto a deficiência seria compreendida como uma questão da ordem dos direitos, da justiça social e das políticas de bem-estar, ou seja, a deficiência seria a experiência de opressão vivida por pessoas com diferentes tipos de lesões (DINIZ, 2007).

A segunda geração do modelo social de deficiência possui marco histórico entre 1990 e 2000 com as contribuições das abordagens pós-modernas e da crítica feminista, este período se mostrou como parte de um processo de consolidação, expansão e atualização do modelo social, até o presente momento descrito, poucas contribuições sobre gênero tinham sido apresentadas, limitando-se apenas a trabalhos relacionados a experiência reprodutiva de mulheres deficientes, desta maneira a crítica feminista, composta por mulheres deficientes e mulheres cuidadoras de pessoas com deficiência, trouxe para o modelo social pautas não contempladas pela primeira geração, como: a imprecisão da identidade deficiente em casos de lesões não aparentes; a discussão sobre o cuidado e o papel das cuidadoras dos deficientes; a perspectiva dos "corpos temporariamente não-deficientes" (DINIZ, 2007, p. 29) como no caso das pessoas idosas e portadoras de doenças crônicas e o debate sobre gênero ao diferenciar a experiência social experimentada por um homem deficiente e uma mulher deficiente ou cuidadora de deficiente.

Outra importante crítica feminista para a primeira geração se refere a individualidade, se para os primeiros teóricos do modelo social a pessoa com deficiência se tornaria semelhante a um não-deficiente quando fossem retiradas as barreiras (físicas e sociais), para a crítica feminista

o corpo deficiente é passível de dor e outras limitações provocadas pela lesão, que mesmo após a retirada das barreiras, ainda sim, a depender da lesão, poderiam continuar sem acessar determinados espaços, levantando a bandeira da subjetividade dos corpos (DINIZ, 2007).

As teóricas feministas Judith Butler (2004 apud GOMES, 2019) e Eva Kittay (1999; 2015 apud GOMES, 2019) foram pioneiras ao indicar as insensibilidades relacionadas a diversidades dos corpos deficientes, pois dentro deste grupo, não são todos que alcançam a independência, com base no argumento de que todas as pessoas são dependentes em algum momento da vida.

A crítica ao esquecimento do corpo por parte da primeira geração levou a um novo apontamento por parte das feministas: a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, a princípio o argumento do modelo social se baseava na eliminação de barreiras que por consequência traria condições para que os deficientes mostrassem sua capacidade e potencialidade produtiva, semelhante a um não-deficiente, tal argumento já teria sido rebatido pelas feministas sobre a ótica da individualidade e interdependência das pessoas com deficiência, mas essa crítica foi aprimorada sobre a alegação da perversidade capitalista que se beneficia da exclusão dos deficientes, ao classificá-los como massa componente do exército de reserva, além da hostilidade ao não considerarem as subjetividades dos sujeitos, que podem nunca ter habilidades ou capacidade para o trabalho, independente do quanto as barreiras possam ser eliminadas, ou seja, a justiça para muitos deficientes não se limita a eliminação de barreiras ou a possibilidade do acesso ao mercado de trabalho e a renda, mas sim, ao direito ao cuidado, ao bem estar e ao reconhecimento da individualidade e interdependência dos sujeitos.

Michele Pinto de Lima (2013) pesquisou a produção de sentidos relacionados ao trabalho para as pessoas com deficiência, com base na teoria da psicologia social, para compreender a ligação entre a realização de atividades econômicas e a produção de subjetividades desses sujeitos, uma vez que a dimensão do trabalho “é essencial à atividade humana, contribuindo para a satisfação de necessidades não apenas econômicas, mas também psicológicas e sociais” e contribui de maneira efetiva no processo de inclusão social. Como metodologia utilizou-se o construcionismo social e a pesquisa qualitativa através do método de análise das práticas discursivas, com entrevistas em profundidade com pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho escolhidas por meio da técnica bola de neve. Durante a construção da análise de dados, foi viável a criação de categorias que atribuem sentido ao trabalho para as

peças com deficiência, entre as quais estão: o trabalho como meio de sobrevivência, a necessidade de ser útil à sociedade, de garantia da independência financeira e pessoal. Como resultado observou-se a relevância e a centralidade do trabalho na vida de todos os entrevistados, sendo que, para alguns, essa relevância está diretamente ligada à sobrevivência e, para outros, à inserção social, estando na vivência do trabalho o exercício pleno da cidadania e o sentimento de capacidade e utilidade para a sociedade.

Ainda sobre a esfera do emprego e renda Kalinca Léia Becker (2019) no artigo “Deficiência, Emprego e Salário no Mercado de Trabalho Brasileiro”, realizado por meio dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, que estudou o efeito da deficiência no emprego e no salário por hora de trabalho no Brasil, considerando três grupos que foram: os não deficientes, os deficientes com limitações das atividades e os deficientes sem tais limitações, manipulando a metodologia de decomposição das diferenças de remuneração de salário entre os três grupos nos quartis de distribuição de salários. A investigação resultou na identificação de vantagem salarial das pessoas sem deficiência e dos deficientes sem limitações, quando comparados com o grupo de deficientes com limitações das atividades. Como proposição indicou que o resultado pode ser reflexo de uma preferência em contratar deficientes sem limitações para ocuparem cargos com maior remuneração, apenas para cumprirem as políticas de cotas para pessoas com deficiência, sem a necessidade de grandes adaptações na infraestrutura física ou na rotina de trabalho da empresa.

Atualmente a luta contra o capacitismo tem centralizado as discussões sobre o tema para pesquisadores das ciências sociais e militantes. Em seu livro “Luta contra o capacitismo: anarquismo e capacitismo, publicado em 2021, Itxi Guerra escreve a partir de sua vivência como pessoa com deficiência, da violência do capacitismo, sendo este, o sistema político, social e cultural que discrimina, assassina e marginaliza as pessoas deficientes pelo fato de serem deficientes, e isso surgiria do próprio sistema capitalista através da ideia de utilidade, onde o anarquismo seria uma das soluções para a desconstrução real da visão que a sociedade tem do deficiente.

Alves e Guimarães (2015) analisaram pessoas com deficiência motora em Presidente Prudente - São Paulo, através da abordagem qualitativa, utilizando como metodologia a História Oral, que foi a aplicação de entrevistas em diferentes modelos, registrando a experiência de um só indivíduo ou mais em uma mesma coletividade, essa metodologia foi utilizada sob a justificativa que os dados quantitativos não dão conta de analisar o indivíduo e suas

individualidades - conversando assim com a crítica feminista ao modelo social - mesmo que tenham sido utilizados dados quantitativos do Censo de 2010 na análise. Após aplicar sete entrevistas que entre os temas incluiu o trabalho, a mobilidade, o lazer e a participação política, constatou-se sobre a falta de acessibilidade urbana, por meio das barreiras, que leva a forçada auto segregação das pessoas com deficiência.

Emerson Augusto Baptista (2009) em sua dissertação de mestrado, com os dados do Censo de 2000, buscou verificar a existência de dois tipos de padrões para a população de deficientes de Minas Gerais, o espacial e o demográfico, em uma análise semelhante a que realizaria em 2013 junto com José Irineu Rangel Rigotti. Neste trabalho, Baptista usou como justificativa a necessidade de se disponibilizar uma metodologia adequada para orientar trabalhos futuros no que se refere a espacialização da população deficiente.

Baptista e Rigotti (2013) através dos dados revelados nos Censos de 2000 e 2010 analisaram a população deficiente no Estado de Minas Gerais, a partir da abordagem espacial e demográfica, utilizando a padronização direta dos dados para retirar a variável da faixa etária. Com o objetivo de fornecer informações confiáveis sobre a população deficiente para entidades públicas, privadas e sociedade de modo geral, orientando, assim, ações direcionadas a cada tipo de deficiência. Identificou-se que o Estado de Minas Gerais apresentou números muito próximo à média brasileira em ambos os censos, sendo que em 2000 o Censo apontou a existência de 24,5 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, ou seja, 14,5% da população do país naquele ano. Já no censo de 2010 foram registrados 45,6 milhões de pessoas (23,9%) com alguma das deficiências pesquisadas. Outro dado relevante diz respeito sobre a distribuição espacial que não pareceu ser necessária para a compreensão do fenômeno em todas as facetas investigadas. Ainda assim, e mesmo que a distribuição espacial não tenha trazido “ganhos” para a análise, a manutenção da metodologia se faz de grande importância.

A conclusão obtida por Baptista e Rigotti (2013) em relação a inexpressividade da abordagem espacial, pode indicar que o fenômeno da deficiência não seja necessariamente uma questão espacial, e que a depender do estudo de caso analisado e do processamento dos dados obtidos, a distribuição espacial pode ser supérflua.

A análise espacial é de grande relevância dentro das ciências sociais, em especial, na geografia, uma vez que está obrigatoriamente ligada a essa ciência (ROSA, 2011), sendo capaz de fornecer informações que indicam a concentração ou dispersão de determinado

grupo, revelando aspectos intrínsecos dessa variável, como arranjos, formas, organizações e padrões espaciais.

Os dados referentes às características da população levantados pelos grandes bancos de dados brasileiros, fornecem recursos aos pesquisadores, principalmente aos geógrafos, para que através da análise quantitativa os dados sejam tratados e posteriormente ponderados e aplicados a interpretação dos fenômenos.

A produção do conhecimento geográfico sobre dado evento/fenômeno responde questionamentos, na medida que, enxerga aspectos que dificilmente seriam levantados por outras ciências, mediante ao olhar geográfico que precisa ser aquele que explica a origem da diversidade das formas, das características e da variedade dos lugares, das plantas, dos animais e dos homens (GOMES, 2012). O resultado das análises geográficas contribuem para a produção de estratégias políticas, na visualização e interpretação dos fenômenos refletindo as simetrias ou disparidades, tal qual, permite a compreensão de todas as facetas do que se propõe analisar.

A partir do levantamento bibliográfico empreendido, pode-se argumentar que há uma carência de produções científicas sobre a deficiência no campo da geografia, apesar dos variados vieses possíveis de serem explorados, seria então a deficiência um tema não geográfico? Ou a temática estaria sendo marginalizada não só pela sociedade, mas também pelos geógrafos?

A resposta para estes questionamentos é complexa e necessita de uma pequena retrospectiva histórica, uma vez que a geografia existe desde a antiguidade, mas sua institucionalização só tenha ocorrido no século XIX. Para entendermos a geografia atual é preciso considerar a evolução histórica dessa ciência, uma vez que em sua gênese serviu para conhecer a Terra e relatar as aventuras humanas nas conquistas de territórios, principalmente através da cartografia, estando diretamente ligada à política. Os campos de estudo se ampliaram e permitiram o aumento e a evolução da coleta de dados, ao passo que ampliaram-se também as interrogações humanas.

A Geografia Radical ou Geografia Crítica surgida no final da década de 60, junto com a Geografia Fenomenológica e a Geografia Humanista, surgidas na década seguinte, possibilitaram a quebra de paradigmas e a modificação da produção científica da geografia (BOUDOU, 2012). Os movimentos foram fortemente influenciados pelo contexto histórico da época, marcada pelos problemas raciais, de pobreza urbana e de segregação, a partir de então

a geografia rompeu com a neutralidade científica, criticando abertamente o sistema capitalista, culpado por grande parte dos problemas socioeconômicos. Este novo posicionamento defende que a geografia deve servir para transformar o mundo através da procura por mais justiça social, servindo aos pobres e às minorias (BOUDOU, 2012), incluindo aqui as pessoas com deficiência.

Na educação, a produção científica dos licenciados em geografia sobre deficiência é múltipla, com destaque para a criação de metodologias e recursos de inclusão e integração escolar para estudantes com deficiência. As contribuições no âmbito da formação continuada de professores em geografia que lecionam para alunos com deficiência também são vasta (ANDRADE, 2019; JUNIOR, 2017; REGIS, 2021). Neste campo, os trabalhos voltados para práticas em sala de aula com alunos com deficiência visual no ensino básico, possuem uma pequena vantagem numérica quando comparado com as demais lesões e níveis de ensino (ANDRADE, 2017; VIEIRA, 2018).

Leia de Andrade (2017) investigou o ensino de geografia em escolas de Portugal, com o objetivo de analisar a qualidade do ensino de cartografia para crianças com deficiência visual e normovisuais, por meio da análise dos livros didáticos utilizados pelos professores. Oito livros didáticos de Geografia dos anos iniciais foram analisados, com base no critério de como o conteúdo cartográfico é apresentado e analisados os conceitos de: orientação, lateralidade, proporção, projeção, escala e tipos de mapas. A autora segue se dedicando a pesquisas sobre educação de pessoas com deficiência visual, com destaque para Andrade (2018; 2019).

Luiz Martins Junior (2017) realizou reflexões sobre deficiência visual com base na teoria de Vygotsky. O objetivo foi verificar quais as potencialidades da oficina pedagógica no ensino de geografia, através de um estudo de caso que envolveu a participação de 27 estudantes com idades de 11 a 14 anos, entre os resultados obtidos destaca-se que os estudantes com deficiência constroem sua aprendizagem por meio de tarefas diferenciadas que promovem e valorizam seu potencial e modo de aprender, a partir da promoção de condições de acessibilidade para o estudante.

Jaqueline Machado Vieira (2018) pensou a sua dissertação por meio da necessidade de repensar as metodologias de ensino e aprendizagem de Geografia destinada para os alunos com deficiência visual, com o objetivo de potencializar a comunicação destes alunos com seus professores e demais colegas através do uso de tecnologias em sala de aula.

Tamara de Castro Régis (2021), discorreu sobre a formação inicial de professores de Geografia e as possibilidades de práticas pedagógicas pensadas na perspectiva da educação inclusiva, explorando os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Durante o artigo a autora apresentou diferentes experiências realizadas na disciplina Práticas Curriculares em Geografia I, do curso de licenciatura em Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com propostas de práticas pedagógicas inclusivas envolvendo conteúdos de Cartografia Escolar, elaboradas pelos estudantes de Geografia, como proposição ressaltou que a educação inclusiva deve ser incluída como um componente transversal na formação de professores.

Outras produções no campo da educação desenvolvidas por cientistas de diferentes áreas merecem destaque (ROSSETO, 2007; SILVA, 2018; VENTURINI, 2022), pois nas ciências da educação se originam a maior fonte de contribuições acadêmicas para permanência e melhoria da qualidade de ensino para as pessoas com deficiência, na busca pela garantia de direitos, infraestruturas e acesso às instituições de ensino.

No primeiro capítulo, foi elaborado com a realização de uma revisão teórica, sendo possível identificar os principais debates acerca da deficiência, destacando o distanciamento do modelo social e do modelo médico, assim como, as contribuições da crítica feminista, além da dificuldade da criação e utilização de um conceito que seja consenso entre pessoas com deficiência e pesquisadores. O debate sobre deficiência e trabalho mostrou-se controverso a partir de diferentes perspectivas relacionadas ao capitalismo, observou-se também a vasta contribuição científica sobre deficiência no campo da educação, outra constatação relevante se trata da escassa produção geográfica sobre a deficiência, apesar das múltiplas contribuições possíveis em escala espacial e demográfica.

2 - COMO SABEM QUE EU SOU DEFICIENTE?

Este capítulo tem por objetivo a análise dos dados referentes aos indicadores sociodemográficos relativos às Pessoas com Deficiência no Brasil, obtidos através da Pesquisa Nacional de Saúde² - PNS 2019, realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o IBGE, enfatizando a investigação das variáveis correspondentes a desocupação e participação no mercado de trabalho, grau de instrução e escolaridade, assim como, os dados sobre renda e moradia.

Pretende-se aqui, realizar um prognóstico das disparidades sociais vividas pelas pessoas deficientes, tentando responder a questão norteadora “Qual a relação entre deficiência e as desigualdades socioeconômicas no Brasil?” Compreendendo que o capitalismo se beneficia da segregação dos deficientes da vida social na medida que estes sujeitos, cumprem uma função econômica como parte do exército de reserva, estando-os em grande maioria em posição de inferioridade social e que mesmo aqueles que não querem ou não possuem condições e habilidades para o trabalho ou para a independência, ainda sim são afetados pela questão econômica e estão vulneráveis socialmente (DINIZ, 2007; BECKER, 2019).

A terminologia utilizada para se referir às pessoas com deficiência será diversificada, considerando os termos e conceitos atuais que reconhecem a deficiência sendo um instrumento de justiça social, pois “[...] parece que a disputa pela terminologia correta dispersa energia que deveria ser aplicada em questões mais substantivas [...]” (MEDEIROS; DINIZ, 2004, p. 7), ainda que os termos usados, possam ser considerados ultrapassados, com o avanço das discussões terminológicas.

É importante ressaltar que os Institutos de pesquisa têm acompanhado o debate conceitual e atualizado a linguagem, abandonando expressões que hoje são consideradas discriminatórias. A Pesquisa Nacional de Saúde em sua publicação mais recente, refere-se aos deficientes como “Pessoa com deficiência”, sendo este termo, um dos poucos consensos entre a população com deficiência e os pesquisadores do tema.

²A Pesquisa Nacional de Saúde - PNS visou coletar informações sobre o desempenho do sistema nacional de saúde no que se refere ao acesso e uso dos serviços disponíveis e à continuidade dos cuidados, bem como sobre as condições de saúde da população, a vigilância de doenças crônicas não transmissíveis e os fatores de risco a elas associados.

Dessa forma, o Instituto reafirma a compreensão da deficiência como produto da interação entre funções e estruturas corporais com limitações e barreiras sociais e ambientais resultando em restrições de participação em igualdade de condições com as demais pessoas. O chamado modelo biopsicossocial da deficiência – em contraposição a um modelo puramente médico – é considerado fundamental para a concepção das pessoas com deficiência como sujeito pleno de direitos, que deve ser incluído em todas as dimensões da vida em sociedade (IBGE, 2019, p.29)

A intensificação das reivindicações das organizações políticas de deficientes surgidas a partir da década de 1970 no Reino Unido, permitiram o avanço das produções estatísticas e acadêmicas sobre o tema no Brasil e no mundo, a demanda por dados sobre a população brasileira com deficiência tem sido requisitada não só pelos sujeitos que compõem esse fenômeno, mas também pelos demais grupos da sociedade e pelo governo. No Brasil o reconhecimento da necessidade da produção de informações confiáveis que, permitam a elaboração e modernização de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida desses sujeitos está assegurado pelo Artigo 31 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência³.

Questões sobre o tema da deficiência só foram incluídos nos levantamentos estatísticos brasileiros com o sancionamento da Lei Brasileira Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 garantindo que

Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subseqüentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País.

Esses avanços institucionais garantem que a coleta de dados sobre a deficiência siga padrões internacionais, possibilitando que em pesquisas recentes, como as edições de 2000 e 2010 do Censo Demográfico, houve-se a coleta e aprimoramentos metodológicos relativamente a esse tema, em consonância com recomendações internacionais (IBGE, 2019), além de terem contribuído para que em 2013 fosse realizada a primeira Pesquisa Nacional de Saúde que dentro da coletânea “Ciclos de Vida” engloba o módulo das Pessoas com Deficiência, o objetivo do levantamento foi de ampliar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

Em 2013 a PNS estimou que 200,6 milhões de pessoas residiam em domicílios particulares permanentes. Desse total, 6,2% possuía pelo menos uma das quatro deficiências investigadas

³A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006, foi assinada pelo Brasil em 30 de março de 2007.

(deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência física e deficiência intelectual). Os dados obtidos pela PNS de 2013 conduziram o Ministério da Saúde para uma segunda edição, buscando permitir o monitoramento da evolução de seus indicadores de saúde sobre as situações investigada anteriormente, e a consequente resposta do Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento às necessidades da população, criando uma linha cronológica dos dados (SZWARCWALD, 2014; STOPA, 2020).

A segunda edição da PNS deveria ocorrer em um intervalo de 5 anos, mas ocorreu somente no ano de 2019, mantendo o módulo das pessoas com deficiência na coletânea “Ciclos de Vida”, este módulo foi aplicado a todos os indivíduos moradores de 2 anos ou mais de idade e tem como objetivo principal gerar indicadores socioeconômicos, educacionais e de saúde de pessoas com deficiência.

Para identificar as pessoas com deficiência o questionário se baseou a partir do uso de aparelhos de auxílio e da maneira que tais aparelhos foram obtidos, assim como a mensuração do grau de dificuldade para realizar determinadas atividades, onde as alternativas disponíveis seguiram as orientações do Grupo de Washington, obedecendo uma escala de dificuldade, com as opções de respostas sendo: “nenhuma dificuldade”, “alguma dificuldade”, “muita dificuldade” ou “não consegue de modo algum”. Desta forma, todos os entrevistados que responderam possuir muita dificuldade ou não conseguir de modo algum realizar determinada atividade relacionada a enxergar, ouvir, se locomover, realizar movimentos nos membros superiores ou de realizar tarefas habituais em decorrência de limitações nas funções mentais ou intelectuais, independente do uso de aparelhos de auxílio, foram considerados pessoas com deficiência (IBGE, 2019).

A Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 deu origem ao primeiro estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre Pessoas com Deficiência e desigualdades sociais no Brasil (IBGE, 2022), este estudo junto com PNS 2019 fornecerão dados para as análises propostas nesse trabalho, buscando compreender a ligação entre as desigualdades sociais e deficiência, estimulando à pesquisa, a reparação social e a diminuição das desigualdades quando identificadas, permitindo que essas pessoas tenham maior acessibilidade, fornecendo oportunidades para participarem ativamente da sociedade (LENZI, 2012).

Busca-se, a priori, traçar o perfil das pessoas com deficiência no que se refere à distribuição espacial nas Unidades da Federação brasileira, as faixas etárias e a quantidade de pessoas por

tipo de deficiência. Posteriormente o foco das análises serão as condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil, através das variáveis de níveis de instrução, indicadores estruturais do mercado de trabalho (desocupação, participação e formalização), renda *per capita* e condições do domicílio. A ordem de análise das variáveis, possui como lógica a influência de determinado indicador sobre outro, no sentido de que, o nível de instrução pode intervir no acesso ao mercado de trabalho, que por conseguinte pode intervir na renda e nas condições de moradia, ao final das análises será possível indicar ou não se tal raciocínio possui fundamento.

Foram utilizadas representações gráficas, tabelas e mapas para melhor observação das informações, sempre que os dados de determinada variável permitiram, foram realizadas comparações entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência/população total para estimar em que medida, a deficiência está ligada às desigualdades socioeconômicas no Brasil.

A pesquisa Nacional de Saúde possui como um dos seus principais objetivos, fornecer informações através de indicadores socioeconômicos, educacionais e de saúde de pessoas com deficiência, disponibilizando informações aos pesquisadores e a sociedade, o que permite o acompanhamento e a avaliação dos dados e das políticas relacionadas. Como resultado da PNS de 2019, foi possível a produção de análises específicas de grupos contemplados pela PNS, entre elas está o estudo das Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil, realizado pelo IBGE no ano de 2022. Neste trabalho essas duas pesquisas serão utilizadas como banco de dados para análise, na tentativa de compreender qual a ligação entre as desigualdades sociais e a deficiência.

A PNS 2019, investigou pessoas a partir de 2 anos ou mais de idade, através de questões que identificam a existência de dificuldades no uso das funções visual, auditiva, motora de membros superiores/inferiores, e/ou mental⁴. Seguindo orientações internacionais apontadas pelo Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência (Washington Group on Disability Statistics - WG) foram classificadas como pessoas com deficiência todas aquelas que responderam “ter muita dificuldade” ou “não conseguir de modo algum” realizar as atividades perguntadas em pelo menos um dos quesitos investigados.

⁴O IBGE adota o termo deficiência mental, em conformidade com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF (International Classification of Functioning, Disability and Health - ICF), desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO). Segundo a CIF, as funções mentais abrangem, entre outras, as funções intelectuais, psicossociais e emocionais.

Nos anos 60 os estudos sobre indicadores sociais ganharam escopo científico, possibilitando o desenvolvimento de instrumentos de mensuração de bem-estar e mudança social e o acompanhamento dos impactos das políticas públicas na sociedade, impactando na produção e investigação acadêmica sobre mudanças sociais. Na perspectiva acadêmica Paulo Jannuzzi (2017) define indicador social como o “[...]elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados”[...] (p. 15). Os indicadores socioeconômicos discriminam os contextos em que determinada população vive, sendo fundamentais para análise comparativa das desigualdades presentes na sociedade.

Entre os diferentes dados das dimensões sociais disponibilizadas na PNS 2019 para análise das condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil, optou-se neste trabalho pela utilização das variáveis de desocupação e participação no mercado de trabalho, grau de instrução e escolaridade, renda e moradia, em busca de identificar qual a relação entre deficiência e desigualdades socioeconômicas no Brasil, considerando que alguns indicadores se mostram mais sensíveis para retratar as condições de vida das famílias. Dentro dos indicadores investigados estão as taxas de escolaridade média, participação no mercado de trabalho, desemprego, rendimento médio do trabalho, renda familiar média *per capita*, posse de bens duráveis e taxa de cobertura dos serviços urbanos.

Utilizamos como metodologia a análise da taxa de escolaridade média que reflete a permanência dos indivíduos de diferentes faixas etárias no sistema de ensino, revelando as condições de oferta de serviços educacionais, os estímulos à progressão escolar e a possibilidade das famílias ou poder público em garantir meios de manutenção dos indivíduos nas instituições de ensino. No indicador de nível de instrução comparou-se indivíduos com e sem deficiência, assim como, o nível de instrução por tipo de lesão das pessoas com deficiência. Para o nível de instrução “ensino médio completo” foi possível demonstrar o recorte de gênero para pessoas com e sem deficiência. Ainda sobre o indicador de escolaridade, a partir dos dados do estudo sobre Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil, realizado pelo IBGE no ano de 2022 com base na PNS 2019, foi mensurado a porcentagem de escolas com infraestrutura adaptada para os alunos com deficiência.

Entre os indicadores de estruturação do mercado de trabalho foram analisadas as taxas de participação, ocupação e formalização. Para esta última, foram considerados empregados com carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários e empregadores.

A taxa de participação corresponde a proporção de pessoas ocupadas ou que buscam trabalho nas vagas disponíveis no mercado. O indicador é capaz de transparecer três realidades sociais, são elas: apontar o grau de envolvimento necessário dos indivíduos para geração de renda para sua sobrevivência física e reprodução social, avaliar a eficiência das políticas de previdência social e ensino básico para garantir que crianças e idosos não precisem se ocupar com atividades econômicas (JANNUZZI, 2017), com os dados disponibilizados pela PNS 2019 sendo possível a comparação entre pessoas com e sem deficiência, gênero e a análise por cor ou raça no indicador da taxa de participação.

Taxa de desemprego é a parcela da população economicamente ativa disponível para ingressar nas atividades econômicas, sendo que nesta parcela está o desemprego aberto e oculto. O desemprego aberto abrange os indivíduos que não exerceram ou não exercem atividade remunerada enquanto procuram emprego, enquanto o desemprego oculto é a parcela dos desempregados que precisam de alguma maneira financiar sua busca por emprego, exercendo esporadicamente alguma atividade remunerada precária.

O rendimento médio do trabalho reflete a remuneração bruta efetivamente recebida no mês anterior à realização da pesquisa. Na PNS 2019, foram considerados os rendimentos das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de realização da pesquisa e, neste trabalho, o indicador foi comparado entre pessoas com e sem deficiência por grupo de atividade. A renda familiar média corresponde à renda familiar total dividida pelo número de membros da família, e foi analisada por grupos de rendimento que variaram de sem rendimentos a mais de cinco salários mínimos.

A pobreza monetária foi analisada a partir do indicador de pobreza de insuficiência de renda, mostrando a proporção de pessoas abaixo da linha global de pobreza extrema (US\$ 1,9 por dia) e abaixo da linha da pobreza (US\$ 5,5 por dia). A variável retrata a situação de carência por grau de severidade da pobreza, avaliando o “[...]quão pobres são os pobres[...]” (JANNUZZI, 2017, p. 103). Ao analisar este indicador, foi viável comparar os rendimentos das pessoas com e sem deficiência, diferenciando ainda os rendimentos, por tipo de deficiência.

A posse de bens duráveis reflete o poder de compra das famílias. O indicador sofre grande influência da massificação do consumo, do acesso irrestrito ao crédito e pela não descriminalização de marcas, modelos e anos de uso do bem pelo indicador, considerando

determinado item independentemente do nível de deterioração. Foram considerados para estudo deste indicador os itens, telefone celular, geladeira, máquina de lavar, forno micro-ondas, carro, computador e acesso domiciliar à internet, comparando a presença destes bens entre domicílios com e sem pessoas com deficiência.

A taxa de cobertura dos serviços urbanos depende do acesso à rede de serviços de infraestrutura básica, como água tratada, energia elétrica, saneamento básico e coleta de lixo, e a falta de acesso a esses serviços básicos podem determinar a incidência de doenças infectos-parasitárias. Tais doenças estão entre as principais causas do aumento da taxa de mortalidade infantil em países em desenvolvimento, como o Brasil (JANNUZZI, 2017). Para a variável criou-se duas categorias de análise, domicílios com ao menos uma inadequação de moradia e domicílio sem acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico, diferenciando domicílios com e sem pessoas com deficiência, onde foi distinguido as condições dos domicílios com pessoas com deficiência por tipo de lesão.

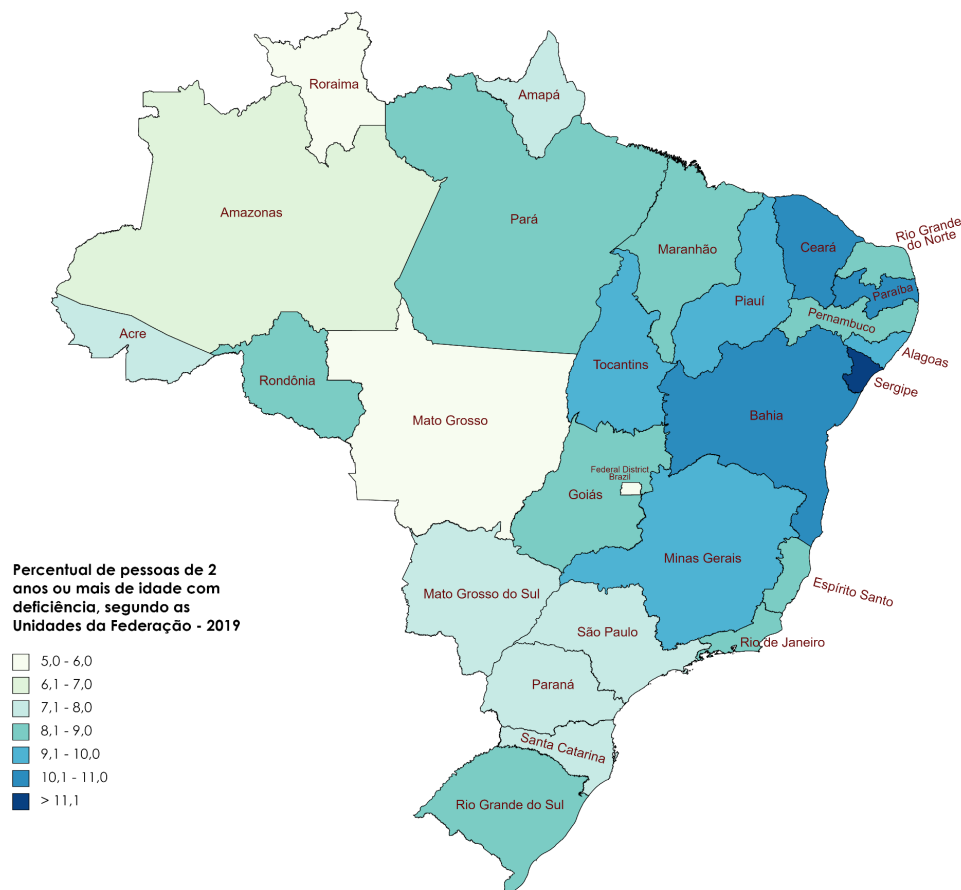
Dentre os dados coletados pela PNS 2019 as variáveis de desocupação e participação no mercado de trabalho, grau de instrução e escolaridade e, renda e moradia, são de extrema importância na investigação das desigualdades presentes na população, a partir da comparação dessas variáveis entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência é possível estimar em que medida, a deficiência está ligada às desigualdades socioeconômicas, pois determinados indicadores são capazes de revelar as vulnerabilidades da população estudada compreendendo que as barreiras presentes nas cidades e nas sociedades, impactam no acesso a renda, a educação e a saúde, quando esse acesso é negado, reflete ainda na interação social, na qualidade de vida e na perpetuação da pobreza, agravando a vulnerabilidade social em que os deficientes se encontram no contexto atual do Brasil.

3 - TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI?

Em 2019, a PNS estimou que 8,4% da população total com dois anos ou mais de idade possuem pelo menos um tipo de deficiência, esse percentual representa 17,3 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade. Deste número 14,4 milhões residiam em áreas urbanas enquanto 2,9 milhões viviam em áreas rurais. Entre as Unidades da Federação com o maior percentual de deficientes encontra-se o estado de Sergipe com 12,3%, este valor está muito acima da média nacional de 8,4%, situação que ocorre em todos os estados da região Nordeste. Entretanto os estados de Mato Grosso, Roraima e o Distrito Federal possuem os menores percentuais de pessoas com deficiência com 2 anos ou mais, registrando médias menores que 6%.

A distribuição espacial das pessoas com deficiência com 2 anos ou mais de idade pelos Estados brasileiros se caracteriza como heterogênea, possuindo médias que variam de 5,2% (Distrito Federal) e 12,3% (Sergipe), com destaque para a região Nordeste com média de 9,9% e para a região centro-oeste com 7,1%, que representa a menor média entre as grandes regiões brasileira. Essa discrepância, mostra neste caso e para esta análise em questão, que a abordagem espacial se mostra como inexpressiva, assim como foi apontado por Baptista e Rigotti (2013).

Imagem 1 - Distribuição espacial das pessoas com 2 anos ou mais de idade com deficiência, por Unidades da Federação - 2019



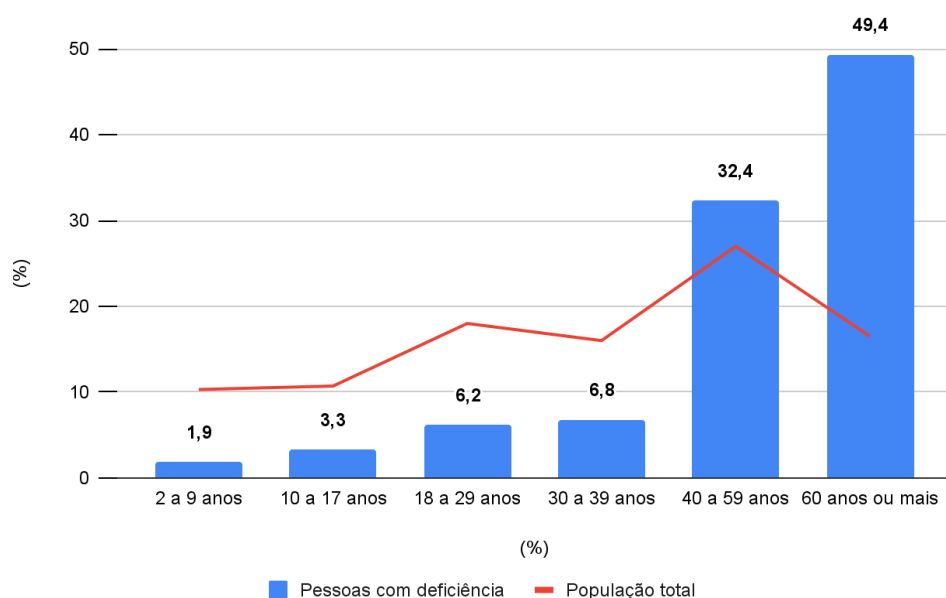
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019. Organização: Rayane Ferron de Souza.

Descrição: Mapa do Brasil com divisão das Unidades da Federação mostrando a distribuição percentual de pessoas de 2 anos ou mais de idade, por Estado, através das diferentes tonalidades da cor azul.

A faixa etária com o menor percentual de pessoas com deficiência com 2 anos ou mais de idade encontra-se entre 2 e 9 anos com 1,9% este percentual aumenta progressivamente, seguindo o percentual da população total nas mesmas faixas etárias até os 39 anos. Na faixa etária dos 40 a 59 anos, as pessoas com deficiência ultrapassam o percentual da população total registrando 32,4% de pessoas com deficiência com dois anos ou mais nessa faixa etária, esse fenômeno se intensifica na última faixa etária analisada, de 60 anos ou mais registrando que 49,4% das pessoas com deficiência encontram-se na população idosa. O salto no percentual de indivíduos com deficiência nas duas últimas faixas etárias analisadas indicam

que as limitações do corpo e da mente decorrentes do processo de envelhecimento e das lesões adquiridas ao longo da vida, como no caso de acidentes e de doenças crônicas, são de extrema importância ao serem consideradas nos questionários que analisam a população com deficiência, como mostrado por Diniz e Medeiros (2004).

Gráfico 1 - Distribuição percentual das pessoas com 2 anos ou mais de idade, total e com deficiência, segundo a idade - Brasil - 2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Descrição: Gráfico de colunas e linha. As colunas estão na vertical e representam o percentual total de sujeitos com 2 anos ou mais de idade com deficiência por faixa etária. A linha está na vertical e representa o total de pessoas com 2 anos ou mais de idade sem deficiência por faixa etária.

Das 17,3 milhões de pessoas com 2 anos ou mais de idade por tipo de deficiência é possível verificar que a maior parte, 7,8 milhões de pessoas, possuem limitações físicas nos membros inferiores, seguido por 7 milhões de pessoas com deficiência visual, enquanto o tipo de deficiência menos frequente é a auditiva com 2,3 milhões de pessoas representando apenas 1,1%.

Tabela 1 - Pessoas de 2 anos ou mais de idade por tipo de deficiência (Mi pessoas) - 2019

Pessoas de 2 anos ou mais de idade	Total	(%)
Com alguma deficiência	17,3 mi	8,4
Física (membros inferiores)	7,8 mi	3,8
Visual	7,0 mi	3,4
Física (membros superiores)	5,4 mi	2,7
Mais de uma deficiência	5,3 mi	2,6
Mental	2,5 mi	1,2
Auditiva	2,3 mi	1,1

Fonte: IBGE, Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil, 2022.

A primeira variável analisada é a escolaridade, compreendendo que o acesso à educação em seus mais diferentes níveis pode resultar no processo de ascensão social e no rompimento da perpetuação da pobreza, diminuindo as desigualdades socioeconômicas.

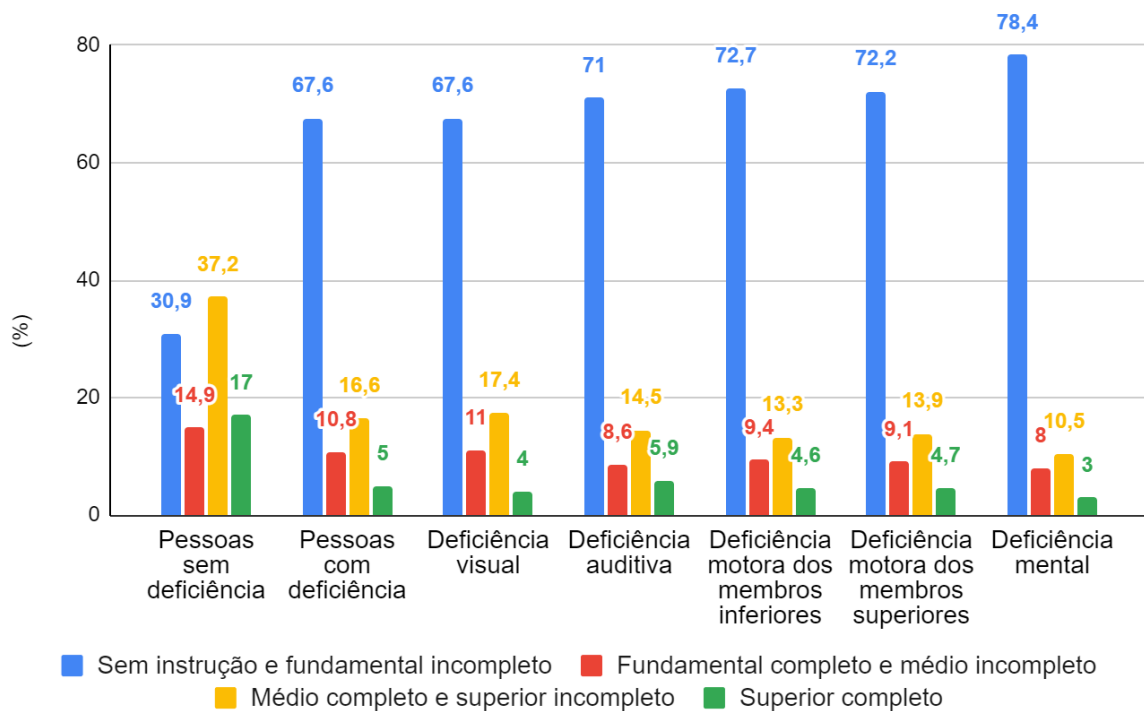
O nível de instrução entre as pessoas com e sem deficiência são expressivos, apenas 5% das pessoas com deficiência possuem ensino superior completo, contra 17% das pessoas sem deficiência como é possível observar no gráfico 2 que em quase todos os níveis de instrução o percentual das pessoas com deficiência é inferior aos percentuais das pessoas sem deficiência, exceto no primeiro nível, que se refere às pessoas sem instrução e ensino fundamental incompleto, onde 67,6% das pessoas com deficiência encontram-se nessa situação, enquanto para as pessoas sem deficiência o percentual era de 30,9%, essa diferença de 36,7% evidencia a precariedade educacional que a população com deficiência vive, tal fato pode ser em parte resultado da maior concentração da população sem instrução nas idades mais avançadas, como visto no Gráfico 1, em que também há maior incidência do fenômeno da deficiência (IBGE, 2019).

Outro dado interessante de ser analisado, refere-se ao padrão da distribuição percentual dos níveis de instrução, que seguem o mesmo modelo entre as deficiências físicas (visual, auditiva e motoras), onde os percentuais variam pouco, sendo demasiadamente elevados no indicador de sem instrução e fundamental incompleto, seguido de queda brusca no indicador de fundamental completo e médio incompleto, e pequeno crescimento no indicador de médio completo e superior incompleto, novamente caindo bruscamente no indicador de superior completo.

A tendência constatada entre as deficiências físicas também pode ser observada nos indicadores da deficiência mental, mas estas merecem destaque pois, entre as pessoas com e sem deficiência é o grupo que se mostra mais vulnerável em relação a todos os níveis de instrução. Em 2019, 78,4% das pessoas com deficiência mental não possuíam instrução ou não concluíram o ensino fundamental e apenas 3% possuíam o ensino superior completo.

A desigualdade educacional é realidade para todos, com e sem deficiência, mas ao analisarmos a variável de nível de instrução é possível identificar que a falta de acesso a educação é ainda mais atroz para as pessoas com deficiência, mais especificamente para as pessoas com deficiência mental, em uma espécie de hierarquia da vulnerabilidade social.

Gráfico 2 - Distribuição percentual das pessoas de 18 anos ou mais de idade, com e sem deficiência, segundo o tipo de deficiência, por nível de instrução - Brasil - 2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

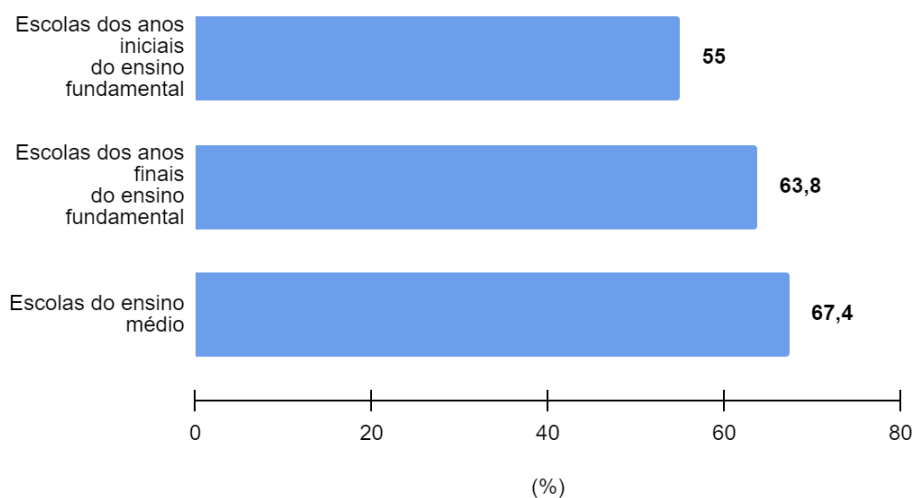
Descrição: Gráfico de colunas. O gráfico mostra a distribuição percentual das pessoas de 18 anos ou mais de idade, com e sem deficiência e segundo o tipo de deficiência, por nível de instrução. Entre os tipos de deficiência estão: deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência motora dos membros inferiores, deficiência motora dos membros superiores e deficiência mental. Para todos os grupos analisados existem quatro colunas na vertical, cada uma representa um nível de instrução e são identificadas por cores na ordem a seguir: barra

azul (sem instrução e fundamental incompleto), barra vermelha (fundamental completo e médio incompleto), barra amarela (médio incompleto e superior incompleto) e barra verde (superior completo).

O gráfico 2 apresenta a relação a infraestrutura de acessibilidade dos espaços escolares de nível básico para os alunos com deficiência, apenas 55% das escolas dos anos iniciais do ensino fundamental e 63,8% das escolas dos anos finais do ensino fundamental são adaptadas, ao encontrar tais barreiras já nos níveis mais baixos de formação, pode ocorrer um desestímulo aos estudos e conseqüentemente o comprometimento do acesso aos níveis de instrução mais elevados, realidade observada no gráfico 2.

Em partes, a falta de acesso aos níveis mais elevados de instrução pode ser atribuído às barreiras físicas e sociais presentes nas cidades, as barreiras físicas presentes nos espaços, interferem e condicionam os percursos e lugares acessados pelos corpos deficientes (THIBAUD 2012; COHEN, 2006), que quando não encontram a acessibilidade que precisam são impedidos de vivenciarem tais espaços e as possibilidades oferecidas por eles. Analisando a infraestrutura de acessibilidade das escolas de ensino fundamental e médio, identifica-se o descumprimento da Lei nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, que entre outras deliberações garante a matrícula e o acesso aos estabelecimentos de ensino.

Gráfico 3 - Escolas com infraestrutura adaptada para alunos com deficiência (%)



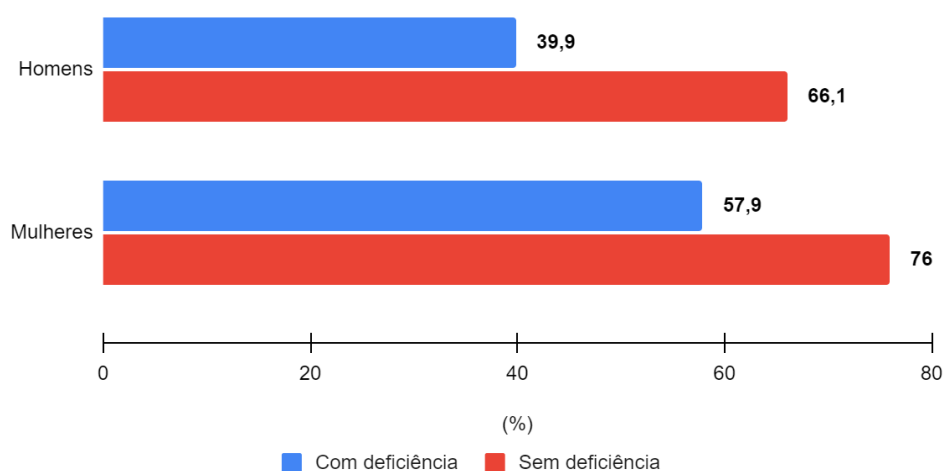
Fonte: IBGE, Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil, 2022.

Descrição: Gráfico de barras. O gráfico possui três barras na horizontal que mostram a porcentagem de escolas que possuem infraestrutura adaptada para alunos com deficiência por nível de ensino, são eles: Escolas dos anos iniciais do ensino fundamental, escolas dos anos finais do ensino fundamental e escolas do ensino médio.

Outro importante reflexo dos baixos índices da falta infraestrutura de acessibilidade nas escolas de nível fundamental e médio é o baixo índice de conclusão do ensino médio entre as pessoas com deficiência, quando comparado com indivíduos sem deficiência. A situação mais preocupante é entre os homens deficientes entre 20 e 22 anos de idade, onde apenas 39,9% concluíram o ensino médio, enquanto entre os homens sem deficiência 66,1% concluíram este nível de ensino, já entre as mulheres com deficiência o percentual, mesmo que ainda considerado baixo, é 18 pontos percentuais maior que os homens com deficiência, marcando 57,9%, este percentual está muito abaixo das mulheres sem deficiência, onde 76% concluíram o ensino médio.

Entende-se que, quanto mais baixo o nível de instrução, mais difícil é a inserção e a permanência no mercado de trabalho - próximo indicador a ser analisado - sendo fundamental a implementação e o cumprimento de políticas educacionais para melhoria das condições de acesso da população em geral e das pessoas com deficiência em particular.

Gráfico 4- Taxa de conclusão do ensino médio das pessoas de 20 a 22 anos de idade, por sexo e condição de deficiência (%) - 2019



Fonte: IBGE, Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil, 2022.

Descrição: Gráfico de barras. O gráfico possui quatro barras na horizontal que mostram a taxa de conclusão do ensino médio das pessoas de 20 a 22 anos de idade, por sexo e condição de deficiência. Duas barras possuem a cor azul que representa homens e mulheres com deficiência e duas barras possuem a cor vermelha que representa homens e mulheres sem deficiência.

Os indicadores estruturais do mercado de trabalho utilizados pela PNS foram a taxa de participação da população em idade de trabalhar (14 anos ou mais) que mostra o engajamento da população no mercado de trabalho. A taxa de formalização reflete o percentual de sujeitos que estão inseridos no mercado de trabalho a partir de ocupações formais, considerando os trabalhadores com carteira assinada, militares, servidores públicos estatutários e empregadores. A taxa de desocupação mostrou o efeito da interação dos que buscaram uma ocupação, mas não obtiveram sucesso, permanecendo ou se tornando desocupados (IBGE, 2022).

O acesso ao mercado de trabalho mostra-se como um desafio para as pessoas que disseram possuir algum tipo de deficiência em 2019, a taxa de participação destes (28,3%) é 38 pontos percentuais menor que a taxa de participação das pessoas sem deficiência (66,3%). Em relação a taxa de formalização, as diferenças percentuais entre os sujeitos com e sem deficiência também é elevada, onde apenas 34,3% das pessoas com deficiência estão inseridas do mercado formal de trabalho, contra 50,9% das pessoas sem deficiência trabalham formalmente, em outras palavras, 65,7% dos trabalhadores com algum tipo de deficiência estão no mercado informal. No que diz respeito à taxa de desocupação, verifica-se que para as duas condições (pessoas com e sem deficiência) os percentuais estão próximos.

Entre os tipos de deficiência, o grupo que possui maior participação no mercado de trabalho é o dos deficientes visuais com 37%, entretanto, o grupo que possui a maior taxa de formalização é o dos deficientes auditivos com 40,4%. Assim como analisado no indicador de nível de instrução, o grupo que possui maior vulnerabilidade é o dos deficientes mentais, com a menor taxa de participação (5,3%) e a maior taxa de desocupação (12,4%) entre todos os grupos analisados.

As dificuldades relacionadas ao acesso ao mercado de trabalho pelas pessoas com deficiência com 14 anos ou mais de idade pode estar relacionada mais uma vez às barreiras físicas que dificultam ou impedem os percursos, ou ainda, devido às barreiras sociais, como a violência

capacitista (GUERRA, 2021) que valoriza os corpos e a mente de acordo com os padrões de normalidade.

Tabela 2 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo os tipos de deficiência - 2019

Tipos de deficiência	Taxa de participação (%)	Taxa de formalização (%) (1)	Taxa de desocupação (%)
Com alguma deficiência	28,3	34,3	10,3
Visual	37	32,1	11,9
Auditiva	28	40,4	9,4
Física (membros superiores)	17,9	34,9	8,9
Física (membros inferiores)	16,9	30,8	9,3
Mental	5,3	37,3	12,4
Mais de uma deficiência	12,9	27,3	10,9
Sem deficiência	66,3	50,9	9

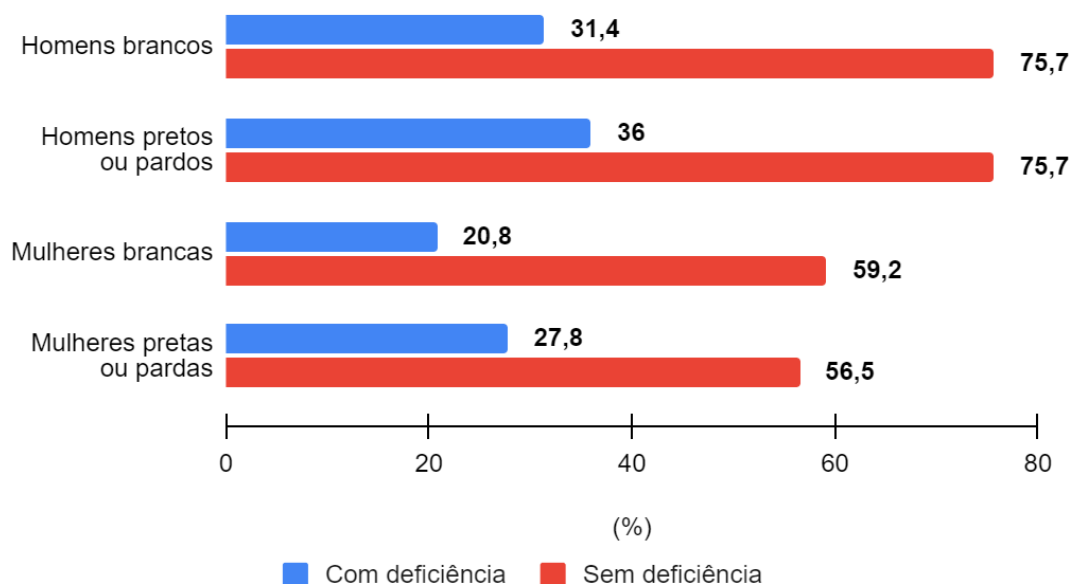
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário e empregador.

Ao examinar a cor ou raça dos sujeitos participantes do mercado de trabalho é possível perceber que, independente da cor ou raça e do sexo, as pessoas sem deficiência compõem a grande maioria da força de trabalho brasileira. Entre as pessoas com deficiência os homens pretos ou pardos representam o grupo com maior taxa de participação com 36%. Na ponta mais vulnerável deste indicador, encontram-se as mulheres brancas com deficiência (20,8%), sendo o grupo com menor participação no mercado de trabalho entre todos os recortes analisados.

É importante ressaltar que o acesso ao mercado de trabalho pode ser limitado às pessoas com deficiência devido às barreiras físicas e sociais, mas também, a depender do tipo de lesão do corpo deficiente, o desenvolvimento de algumas atividades relacionadas ao trabalho podem ser impossível de serem realizadas, devido a dor e a outras limitações provocadas pela lesão, que mesmo após a retirada das barreiras, ainda sim, poderiam continuar sem acessar determinados espaços, levantando a bandeira da subjetividade dos corpos proposta pela crítica feminista ao modelo social da deficiência (DINIZ, 2007).

Gráfico 5 - Taxa de participação no mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição de deficiência (%) - 2019



Fonte: IBGE, Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil, 2022

Descrição: Gráfico de barras. O gráfico possui oito barras na horizontal que mostram a taxa de participação no mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição de deficiência. As barras são distribuídas em duplas, contendo uma barra azul que representam as pessoas com deficiência e uma barra vermelha que representa as pessoas sem deficiência. O gráfico possui quatro conjuntos de duplas que representam, homens brancos, homens pretos ou pardos, mulheres brancas e mulheres pretas ou pardas.

Entre as pessoas de 14 anos ou mais de idade que encontravam-se ocupadas no período de realização da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, os rendimentos médio das pessoas com deficiência eram de R\$ 1639, o que representa 980 reais a menos que os rendimentos médio das pessoas sem deficiência (R\$ 2619). Em todos os grupos de atividades investigadas as pessoas com deficiência possuíam rendimento médio inferior aos rendimentos das pessoas sem deficiência, com destaque para o setor da administração pública, educação, saúde e serviços sociais que possui a maior desigualdade salarial de R\$ 1276.

O setor que possui o maior número de pessoas com deficiência é o do comércio e reparação com 17,1%, já o setor de transporte, armazenagem e correio é o que menos emprega pessoas com deficiência com 2,8%.

Tabela 3 - Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas e rendimento médio de todos os trabalhos, por condição de deficiência, segundo os grupos de atividade - 2019

Grupos de atividade	Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (%)		Rendimento médio de todos os trabalhos (R\$)	
	Com deficiência	Sem deficiência	Com deficiência	Sem deficiência
Total	100	100	1639	2619
Agropecuária	14,4	9,4	1057	1504
Indústria	12,6	12,7	1736	2799
Construção	7,8	7,5	1971	2164
Comércio e reparação	17,1	18,6	1331	2207
Administração pública, educação, saúde e serviços sociais	13,1	17,6	2827	4103
Transporte, armazenagem e correio	2,8	5,2	1652	2702
Alojamento e alimentação	7,7	5,6	1242	1844
Informação, financeira e outras atividades profissionais	7,1	11,2	2861	3870
Serviços domésticos	13	7,1	821	1003
Outros serviços	4,5	5,2	1272	2019

Fonte: IBGE, Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil, 2022.

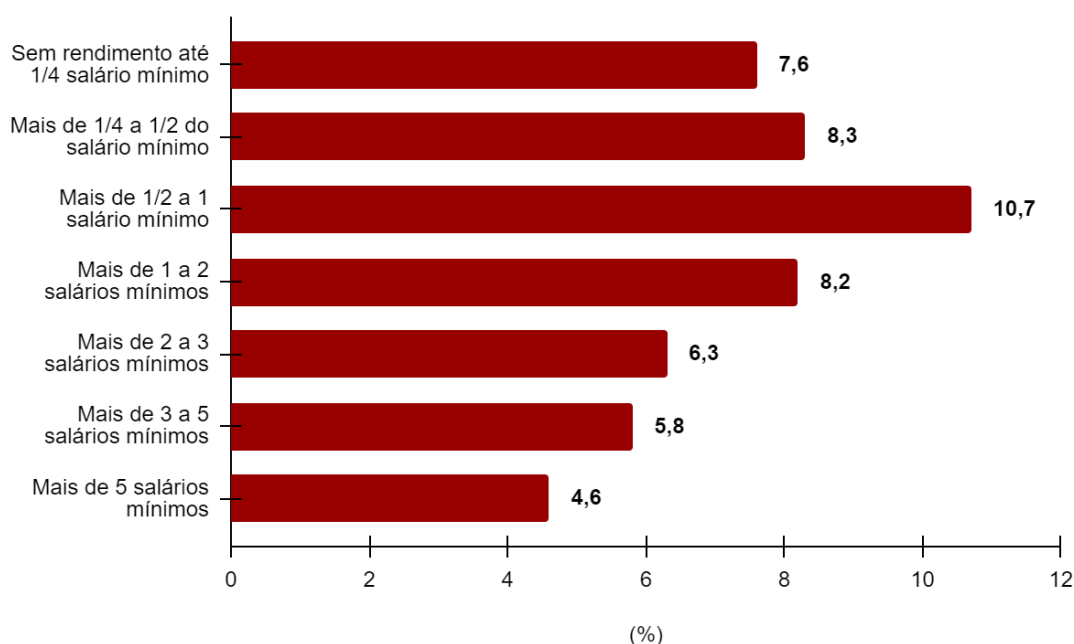
A tabela 3, inicia a próxima variável a ser investigada, que é o indicador de renda *per capita*, onde foram analisados os percentuais dos rendimentos de pessoas com 2 anos ou mais de idade. Este indicador reflete diretamente na qualidade de vida das pessoas, pois possibilita maior acesso a bens e serviços de qualidade.

Para as análises propostas neste trabalho, a variável de renda sofreu grande influência dos indicadores estruturais do mercado de trabalho, que por sua vez sofreu influência dos indicadores de nível de instrução, devido ao perfil mais idoso em que se encontrava a maior parte das pessoas com deficiência 49,4% (vide gráfico 1). Essas sobreposições, por sua vez, podem indicar que boa parte da população com deficiência dependia financeiramente de benefícios sociais e/ou aposentadorias.

A maior proporção de pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência segundo o rendimento domiciliar *per capita* encontra-se nas três faixas mais baixas, que são: sem rendimento até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (7,6%), mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ do salário mínimo (8,3%) - essa

faixa de rendimentos é utilizada como critério para inclusão de pessoas no Cadastro Único para Programas Sociais, do governo federal - e mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo (10,7%). A faixa de rendimentos *per capita* mais elevada, refere-se a mais de 5 salários mínimos, sendo a que possui o menor número de pessoas com deficiência (4,6%).

Gráfico 6 - Proporção de pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência, segundo o rendimento domiciliar *per capita* - Brasil - 2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Nota: 1. Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do(a) empregado doméstico(a).

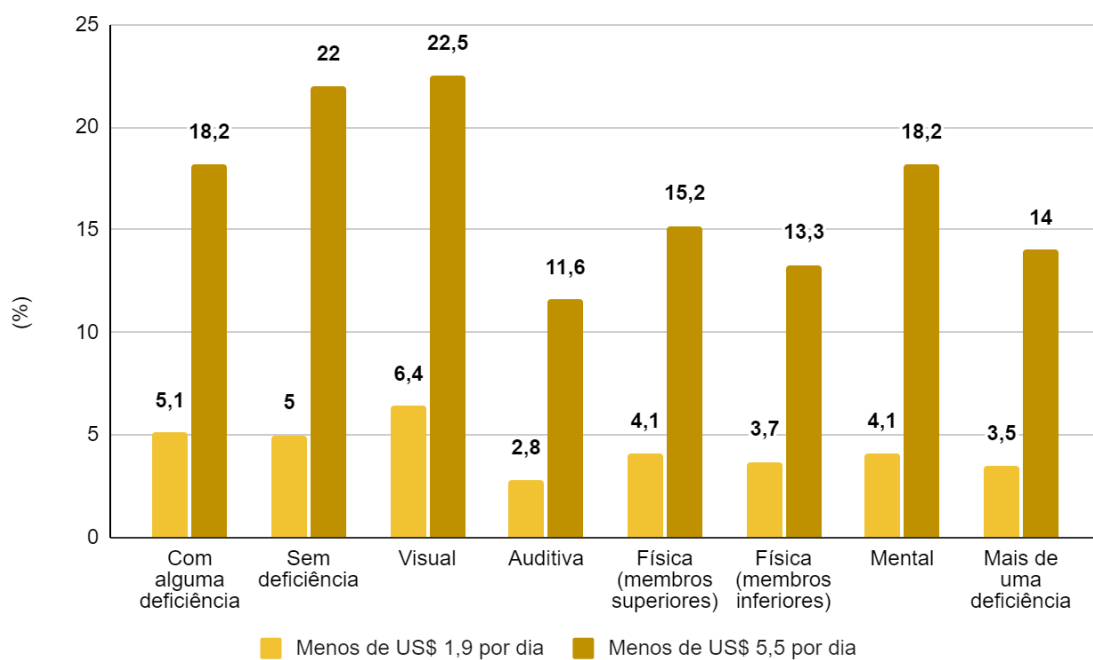
Descrição: Gráfico de barras. O gráfico possui sete barras na horizontal, cada barra representa uma faixa de rendimento, são elas: Sem rendimento até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ do salário mínimo, mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, mais de 1 a 2 salários mínimos, mais de 2 a 3 salários mínimos, mais de 3 a 5 salários mínimos e mais de 5 salários mínimos, mostrando a proporção de pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência, segundo o rendimento domiciliar *per capita*.

A pobreza monetária foi analisada a partir da proporção de pessoas abaixo de duas linhas: a linha global de pobreza extrema (US\$ 1,9 por dia) e de pobreza (US\$ 5,5 por dia). O percentual de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza extrema encontrava-se próximo para as pessoas com deficiência (5,1%) e as pessoas sem deficiência (5%), esse percentual

sofreu maior variação entre as pessoas com e sem deficiência que viviam com menos de US\$ 5,5 por dia, sendo 22% para as pessoas sem deficiência e 18,2% para pessoas com deficiência.

A quantidade de pessoas na pobreza variou entre os tipos de deficiência, mas sempre mantendo o padrão dos maiores percentuais estarem registrados no grupo em que se vive com menos de US \$5,5 por dia e os menores percentuais para as pessoas que vivem com menos de US \$1,9 por dia.

Gráfico 7 - Pessoas, por classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo os tipos de deficiência (%) - 2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

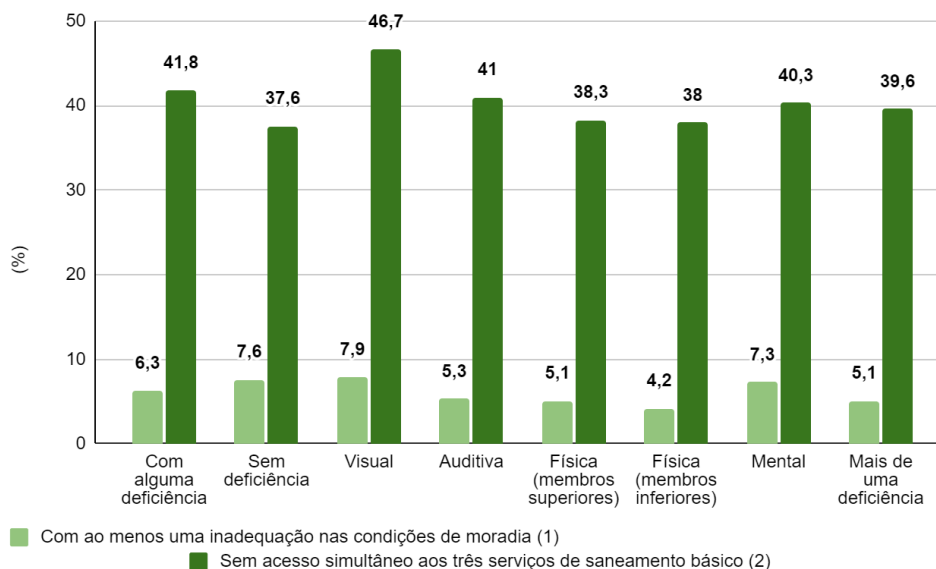
Descrição: Gráfico de colunas. O gráfico mostra a porcentagem de domicílios por classes os rendimentos domiciliar *per capita*, de pessoas com e sem deficiência e segundo os tipos de deficiência. Entre os tipos de deficiência estão: deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência física dos membros superiores, deficiência física dos membros inferiores, deficiência mental e mais de uma deficiência. Para todos os grupos analisados existem duas colunas na vertical identificadas pelas cores amarela e marrom. As colunas na cor amarela representam os domicílios com rendimentos domiciliar *per capita* de menos de US\$ 1,9 por dia, as colunas na cor marrom representam os domicílios com rendimentos domiciliar *per capita* de menos de US\$ 5,5 por dia.

A renda das pessoas com deficiência sofre maior impacto quando comparado a pessoas sem deficiência devido ao uso de aparelhos de auxílio, a necessidade de modificação ou construção de infraestruturas para acessibilidade, ao acompanhamento médico e ao uso de medicamentos, entre outras adaptações a depender da lesão. Essas necessidades muitas vezes não acompanham a renda da maior parte da população com deficiência, que vivem em domicílios com até 1 salário mínimo *per capita*.

O baixo rendimento somado às necessidades e as subjetividades dos corpos deficientes refletem nas condições de moradias - próxima variável a ser analisada - impactando no acesso à internet, ao saneamento básico e aos bens duráveis de consumo.

O percentual de domicílios com ao menos uma inadequação nas condições de moradia, ou seja, com ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio, paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis e adensamento excessivo, estão abaixo de 8% em todos os grupos analisados em todo país. Quando observamos os dados relativos a domicílios sem acesso aos três serviços de saneamento básico, ou seja, domicílios sem esgotamento sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa ligada à rede; abastecimento de água por rede geral de distribuição; e coleta direta ou indireta de lixo, a diferença percentual é mais acentuada, entre os domicílios que possuem pessoas com alguma deficiência entre seus residentes este percentual chega a 41,8%, em contrapartida esse percentual é de 37,6% para domicílios que não possuem deficientes entre os residentes.

Gráfico 8 - Pessoas, por características selecionadas do domicílio, segundo os tipos de deficiência (%) - 2019.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

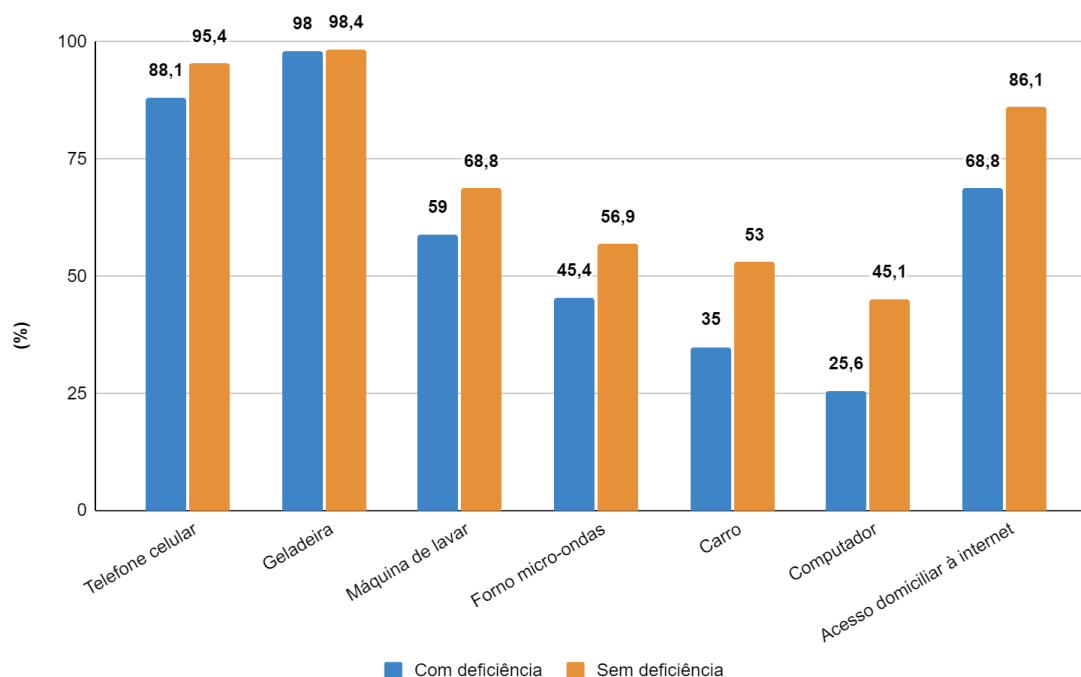
(1) Ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio, paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis e adensamento excessivo. (2) Esgotamento sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa ligada à rede; abastecimento de água por rede geral de distribuição; e coleta direta ou indireta de lixo.

Descrição: Gráfico de colunas. O gráfico mostra a porcentagem de Pessoas, por características selecionadas do domicílio, de pessoas com e sem deficiência e segundo os tipos de deficiência. Entre os tipos de deficiência estão: deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência física dos membros superiores, deficiência física dos membros inferiores, deficiência mental e mais de uma deficiência. Para todos os grupos analisados existem duas colunas na vertical identificadas pelas cores verde claro e verde escuro. As colunas na cor verde claro representam os domicílios com ao menos uma inadequação nas condições de moradia, as colunas na cor verde escuro representam os domicílios sem acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico.

O percentual de domicílios com pessoas com deficiência que possuíam os bens duráveis analisados e acesso à internet foi menor em todos os casos quando comparados aos domicílios sem indivíduos com deficiência. A maior diferença (18 pontos percentuais) foi para o item carro, onde 53% das residências sem pessoas com deficiência possuíam carro e 35% das residências com pessoas com deficiência possuíam este bem. A menor diferença foi no bem durável geladeira, onde os domicílios com pessoas com deficiência que possuíam este item foi

de 98%, diferença de 0,4% para os domicílios em que não residiam indivíduos deficientes, tal resultado pode está relacionado ao fato da geladeira ser item de extrema necessidade.

Gráfico 9 - Pessoas, por deficiência, segundo a presença de alguns bens duráveis no domicílio e acesso à Internet no domicílio (%) - 2019



Fonte: IBGE, Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil, 2022.

Descrição: Gráfico de colunas. O gráfico mostra a porcentagem de Pessoas, com e sem deficiência, segundo a presença de alguns bens duráveis no domicílio e acesso à Internet no domicílio. Os bens analisados são: telefone celular, geladeira, máquina de lavar, forno micro-ondas, carro, computador e acesso domiciliar à internet. Para cada bem analisado existem duas colunas na vertical identificadas pelas cores azul e marrom. As colunas na cor azul representam a porcentagem de domicílios com pessoas com deficiência que possuem o bem analisado. As colunas na cor marrom representam a porcentagem de domicílios sem pessoas com deficiência que possuem o bem analisado.

As carências domiciliares impactam diretamente no bem-estar e na saúde da população. Apesar da vulnerabilidade em que encontra-se grande parte da população brasileira, essa fragilidade é agravada para a população que possuem algum tipo de deficiência, em especial a deficiência mental, refletindo em seus cotidianos, através da falta de infraestruturas de acessibilidade que impactam no acesso à saúde, à educação, ao trabalho, a renda e nas características de seus domicílios. Confirmando que a ordem de análise das variáveis que

mensuram a desigualdade social, impactam positivamente no processo de compreensão e visualização do fenômeno da desigualdade, pois tais indicadores se sobrepõem, e juntos ajudam a explicar os resultados encontrados em todas as variáveis.

4 - CONCLUSÃO

O avanço do debate sobre a população deficiente é emergencial e prioritário em um país que historicamente luta contra as desigualdades sociais. É evidente a necessidade de mais estudos sobre o tema, especialmente para compreender as condições de vida das pessoas com deficiência.

Os ajustes das metodologias utilizadas pelos grandes bancos de dados brasileiros, como o IBGE, devem ser constantes, uma vez que o debate conceitual segue progredindo. Para além do debate teórico as análises demográficas e espaciais também são importantes para indicar as necessidades de ações que resultem em melhorias nas condições de vida dos deficientes, eliminando barreiras físicas e socioeconômicas, pois não se pode garantir direitos a uma população pouco conhecida.

Foram utilizadas no decorrer deste trabalho variáveis que se mostram mais sensíveis para retratar as condições de vida das famílias, sendo elas, ocupação, formalização, participação no mercado de trabalho, grau de instrução, escolaridade, renda e condições de moradia, nesta investigação identificou-se a vulnerabilidade social e econômica em que as famílias que possuem pessoas com deficiência em seus domicílios estão, em razão de que em todos os indicadores analisados que permitiram a comparação entre pessoas com deficiência e sem deficiência, o primeiro grupo sempre apresentou os piores índices.

A Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 possibilitou a constatação através dos dados coletados que ser deficiente no Brasil é estar exposto a falta de infraestrutura das instituições de ensino, que entre outros fatores afastam esses indivíduos do ambiente escolar, comprometendo o ingresso no mercado de trabalho, que por sua vez mostrou que, em todos os grupos de atividades analisados, as pessoas com deficiência recebem menos do que as pessoas sem deficiência, impactando diretamente nas condições da moradia dos deficientes, onde 41,8% da população com deficiência descreveu viver em domicílios sem acesso aos três serviços de saneamento básico.

Foi possível explorar em quase todos os indicadores investigados, o recorte por tipo de deficiência. O delineamento foi importante pois mostrou que entre os tipos de deficiência, os deficientes mentais estão em vulnerabilidade ainda maior e que, estes devido ao capacitismo estão mais reclusos do convívio social, frequentando pouco a escola e participando menos do mercado de trabalho.

A fragilidade em que vivem as pessoas com deficiência sinalizada neste trabalho se agravam ao identificar que 49,4% da população com deficiência no Brasil possui 60 anos ou mais de idade, pois devido ao processo de envelhecimento adquiriram lesões que causam limitações físicas ou mentais. Tal dado em especial é alarmante pois o Brasil passa por um momento de transição demográfica em que a principal mudança projetada para os próximos anos é o envelhecimento da população. É necessário relacionar a deficiência ao processo de envelhecimento, pois o aumento da população idosa está diretamente ligado ao aumento da população deficiente, para se pensar quais ações serão necessárias para reverter o quadro de vulnerabilidade social em que atualmente se encontram as pessoas com deficiência.

Com os dados revelados pela PNS 2019 e pelo estudo sobre Pessoas com Deficiência e desigualdades sociais no Brasil (2022) realizados pelo IBGE, foi possível confirmar o principal argumento deste trabalho, verificando através dos indicadores de desocupação e participação no mercado de trabalho, grau de instrução e escolaridade, assim como, os dados sobre renda e moradia, que a deficiência está diretamente associada às desigualdades socioeconômicas, posto que através da análise dos indicadores sociais descritos, ser Pessoa com Deficiência no Brasil é está exposto as vulnerabilidades socioeconômicas.

Quando analisada à nível Brasil, a distribuição espacial das Pessoas com Deficiência com 2 anos ou mais de idade se mostrar proporcional, entretanto quando analisada em micro escala (por Unidades da Federação) é possível identificar a heterogeneidade desta distribuição, sendo Sergipe (12,3%) o Estado com a maior média de Pessoas com Deficiência e o Distrito Federal (5,2%) a Unidade da Federação com a menor média.

Este trabalho buscou romper com a falta de pesquisas acadêmicas no âmbito da Geografia, uma vez que, as pessoas com deficiência não podem também estar às margens da ciência. É necessário a ampliação das pesquisas para coleta de dados, para que se possa analisar a população deficiente e de outras minorias por recorte de gênero, orientação sexual, raça e etnia em todos os indicadores, o acesso à informação é recurso básico para luta por direitos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L.; NOGUEIRA, R. E ; VILACA, M. T. M. . **A importância do livro didático no ensino da cartografia escolar em geografia para crianças com deficiência visual.** In: XII Encontro Nacional da Anpege, 2017, Porto Alegre. XII ENANPEGE. Porto Alegre: UFGD, 2017. v. 1. p. 1538-1548.

ANDRADE, L. **A construção dos conceitos espaciais em crianças com deficiência visual na escola sob a perspectiva histórico-cultural.** Florianópolis, 2018. 253 p.

ANDRADE, L.; MARTINS, L. ; MELO, A. P. M. **O ensino de geografia numa perspectiva inclusiva.** In: Liliane Pereira de Souza. (Org.). Educação: inclusão ou exclusão? - Concepções e práticas. 1ed.Campo Grande: Editora Inovar, 2019, v. 1, p. 234-251.

ALMEIDA, A. T. A.; FUSCO, W. ; CAMPOS, J. **Mobilidade espacial e acesso à educação básica: Estudantes com deficiência no Nordeste.** In: Encontro Nacional sobre Migrações, Trabalho e Gênero, 2021, 2021. Encontro Nacional sobre Migrações, Trabalho e Gênero, 2021, 2021.

ALVES, N ; GUIMARÃES, RB. **Abordagem qualitativa da acessibilidade urbana de pessoas com deficiência motora em Presidente Prudente-SP.** In: VII Simpósio Nacional de Geografia da Saúde, 2015, Brasília. Anais do 7º Simpósio Nacional de Geografia da Saúde,. Brasília: UnB, 2015. v. 7. p. 834-846.

BAPTISTA, E. A.. **A população de deficientes no Estado de Minas Gerais, Brasil - uma abordagem espacial e demográfica utilizando os dados do Censo Demográfico de 2000.** Belo Horizonte, 2009, 112 p.

BAPTISTA, E. A.; RIGOTTI, J. I. R. . **Minas Gerais e sua população de deficientes: um estudo a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.** Caderno de Geografia (PUCMG. Impresso), v. 24, p. 98-118, 2013.

BECKER, K. **Deficiência, Emprego e Salário no Mercado de Trabalho Brasileiro.** ESTUDOS ECONÔMICOS, v. 49, p. 39-64, 2019.B

BOUDOU, C.. **Tópicos Especiais em Geografia - Aula 3: A história da geografia.** 2012. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Livro para licenciatura em geografia - UAB/CESAD/UFS).

BRASIL. Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989. **Lei de apoio às pessoas portadoras de deficiência.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853compilado.htm> Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: 14 mar. 2022.

COHEN, R. **Cidade, corpo e deficiência: percursos e discursos possíveis na experiência urbana.** Rio de Janeiro, 2006.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. **A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento**. Texto para Discussão, Brasília, n.1040, p. 3-18, set. 2004.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. 89 p.

GOMES, P.C.C. **A longa constituição do olhar geográfico**. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.1, nº 1, p. 1 - 7, dez. 2012. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

GOMES, R. et al. **Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência**. Revista Estudos Feministas [online]. 2019, v. 27, n. 1 [Acessado 24 Outubro 2022], e48155. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148155>>. Epub 10 Jan 2019. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148155>.

GUERRA, I. **Luta contra o capacitismo: anarquismo e capacitismo**. Editora Terra sem Amos: Brasil, 2021. 56p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil - Nota Técnica**. Rio de Janeiro, 2022, 34 p Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_notas_tecnicas.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica • n.47.ISBN 978-85-240-4542-4. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019: ciclos de vida [Internet]**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2019.143 p. Disponível em: <<https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf>>

JANNUZZI, P. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações** - ed. revista e ampliada. 6. ed. Campinas: Editora Alinea, 2017. v. 1. 192p .

JUNIOR, L.; MARTINS, Rosa Elisabete Miltz Wypczynski; DIAS, Julice . **O ensino de Geografia na perspectiva do modelo social da deficiência**. ROTEIRO (UNOESC), v. 42, p. 587-611, 2017.

LENZI, M. B.. **Os dados sobre Deficiência nos Censos Demográficos Brasileiro**. In: XVIII Encontro Nacional dos Estudos Populacionais 2012, 2012, Águas de Lindóia. XVIII Encontro Nacional dos Estudos Populacionais 2012, 2012.

LIMA, M. P.; TAVARES, N.V. ; BRITO, M. J. ; CAPPELLE, M. C. A. . **O sentido do trabalho para pessoas com deficiência**. RAM. Revista de Administração Mackenzie (Online), v. 14, p. 42-68, 2013.

REGIS, T. C.. **Práticas pedagógicas inclusivas na formação inicial de professores de Geografia**. In: Rosa Elisabete Miltz Wypczynski Martins; Ana Maria Hoepers Preve; Ana

Paula Nunes Chaves. (Org.). Educação Geográfica em Movimento. 1ed.Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2021, v. 2, p. 125-139.

ROSA, R. (2011). **Análise espacial em geografia**. *Revista Da ANPEGE*, 7(01), 275–289. <https://doi.org/10.5418/RA2011.0701.0023>

ROSSETTO, E.. **Compreendendo o sujeito com deficiência no ensino superior: vozes e significados**. In: III Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Diálogo e Pluralidade, 2007, São Paulo-SP. III Seminário Nacional de Educação Especial, 2007.

SILVA, V. C. ; SILVA, Wilker Solidade da . **Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro**. *Revista educação especial*, v. 31, p. 569-585, 2018.

STOPA, S. et al. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019: histórico, métodos e perspectivas**. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* [online]. 2020, v. 29, n. 5 [Acessado 25 de Outubro 2022] , e2020315. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000500004>>. Epub 05 Out 2020. ISSN 2237-9622. <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000500004>.

SZWARCWALD, Celia Landmann et al. **Pesquisa nacional de saúde no Brasil: concepção e metodologia de aplicação**. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v.19, n.2, p. 333-342, 2014.

THIBAUD, J. **A cidade através dos sentidos**. *Caderno Proarq* 18 [nº. 18 de julho de 2012]. Rio de Janeiro. 2012

VENTURINI, R.; PAVÃO, S. **Deficiência visual: proposição de um teste de nivelamento no levantamento de demandas formativas de docentes**. *Atos de Pesquisa em Educação*, [S.l.], v. 17, n. 1, p. e9399, jul. 2022. ISSN 1809-0354. Disponível em: <<https://bu.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/9399>>. Acesso em: 23 nov. 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-03542022e9399>.

VIEIRA, J. **Para ver os mapas com palavras: audiodescrição como recurso pedagógico no ensino de geografia para a inclusão de pessoas com deficiência visual**. 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.